



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

## **Pronunciamento do diretor-geral da ANP na cerimônia de assinatura, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pela Petrobras, do Termo de Compromisso de Cessação (TCC) para venda de refinarias, em 11/6/2019**

Muito obrigado, Alexandre Barreto (presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade), ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia), Roberto Castello Branco (presidente da Petrobras), Marcelo Guarany (secretário-executivo do Ministério da Economia), Alexandre Cordeiro (superintendente-geral do Cade) e todos aqui presentes. Eu quero lembrar que, quando a Petrobras foi fundada, em 1953, e quando começou a operar em 1954, o Brasil era um país agrário e rural. Apenas 36% da nossa população viviam nas cidades e isso foi antes daqueles “50 anos em cinco”, do presidente Juscelino Kubitschek, que caracterizaram a industrialização do Brasil.

Então, ao longo desses mais de 60 anos em que a gente teve uma sociedade que se urbanizou e se modernizou, a Petrobras, durante a maior parte desse tempo, se confundiu com a indústria do petróleo no Brasil. No setor do refino, até hoje. Em 1997, nós tivemos a quebra do monopólio, com a Lei do Petróleo, mas, na prática, essa quebra do monopólio não chegou ao refino. Nada muito significativo aconteceu nesse setor. E, mesmo com a lei determinando a competição, a Petrobras, durante boa parte desse período, fez parte das estratégias de políticas de governo, e seguiu orientações de governos.

A partir de 2016, nós começamos a viver uma institucionalização inédita. A Petrobras passou a atuar com liberdade, liberdade de empresa, o que é absolutamente correto, e isso aumentou a responsabilidade dos órgãos reguladores, tanto a ANP quanto o Cade, e assim, no ano passado, como o Alexandre (Barreto) já comentou aqui enquanto relatava o assunto, foi montado um grupo de trabalho entre a ANP e o Cade para tratar do setor de combustíveis, não só na parte de refino, mas também na distribuição e na revenda. E, complementando essa institucionalização, nós tivemos agora – o ministro Bento (Albuquerque) mencionou, a resolução do CNPE em 9 de maio, histórica, que determina orientações sobre como devem ser feitos desinvestimentos no setor de refino no Brasil.

Então, essa institucionalização é realmente um momento histórico, como o Roberto falou. Cada um cumprindo seu papel. A Petrobras cumprindo o papel de empresa, buscando maximizar o seu lucro para dar dividendos para a sociedade brasileira através da União, principal acionista; as agências reguladoras fazendo seu papel de regulador e o Governo, por meio do Conselho Nacional de Política Energética – que aqui tem dois ministérios representados – dando o marco maior da política. E isso é segurança jurídica. Isso vai trazer investimentos, aumentar a capacidade de refino no Brasil e reduzir a dependência que nós temos de importação. Vai trazer mais competição, transparência e benefícios ao consumidor. Então, só me resta aqui felicitar o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Economia, a Petrobras e especialmente as equipes do Cade e da ANP que trabalharam tanto por isso. É uma alegria estar vivendo esse dia.